

# Um só servidor executa tarefas

**É** bem verdade que o regimento interno do Senado é mais generoso no que diz respeito à tramitação dos projetos nas comissões permanentes. Ao contrário da Câmara, as proposições são analisadas apenas no mérito, quando distribuídas às seis comissões da Casa: Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS), Infra-Estrutura (CI), Educação (CE) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Mas a CCJC continua a ser a que detém o maior número de propostas — já existem 300 projetos tramitando. É também a que conta com maior número de funcionários, quatro, ocupando uma sala de pouco mais de três metros quadrados. São membros titulares desta comissão 23 senadores.

A Comissão de Assuntos Sociais tem 29 senadores e um único secretário, que divide a sala com o secretário de uma das comissões mais atuantes, a de Assuntos Econômicos (27 membros). Dividem também um microcomputador, um aparelho de telefone, armários e arquivos e a ajuda de uma funcionária com pós-graduação em Genebra na área de Relações Internacionais, mas que tem tarefas burocráticas. Ela já não se queixa tanto. Quando entrou para o Senado, trabalhou na carpintaria da gráfica e tinha diariamente a tarefa de contar pregos, buchas e parafusos disponíveis no almoxarifado. As Comissões de Infra-Estrutura, Relações Exteriores, e Educação contam apenas com o respectivo secretário. Ainda que, na Educação tramitem todos os processos de concessão de canais de Rádio e TV, que têm como principais lobistas os deputados federais.

Cabe aos secretários as tarefas de receber, fichar, distribuir, datilografar, recolher pareceres, organizar reuniões, fazer a pauta e a ata das reuniões — haja ou não quorum para sua realização. Convocar os senadores, divulgar os encontros, organi-

zar seminários, viagens, visitas, providenciar passagens e hospedagem para convidados, percorrer todo o caminho de volta dos projetos distribuídos aos senadores, atender telefone, imprensa, lobistas e cidadãos comuns interessados nas matérias em tramitação, cuidar do quadro de avisos, livro de presença e, finalmente, redigir os textos finais de todas as propostas aprovadas em sua comissão.

Um secretário já chegou a pagar do próprio bolso o almoço de um juiz gaúcho, que veio a Brasília para depor numa comissão. Foi buscá-lo no aeroporto — não contam com transporte — no seu carro particular e, como o juiz viajou “às pressas” e não tinha dinheiro para pagar a refeição, o funcionário o fez e providenciou seu retorno imediato ao estado. “Se ele demorasse mais, quem iria pagar a hospedagem? Eu?”, contou o funcionário. A passagem, pelo menos, o Senado pagou.

Eles não têm substituto e, portanto, não podem faltar em hipótese alguma. Em caso de doença, funciona a solidariedade e o secretário de outra comissão “quebra-o-galho”. Daí por que a situação não é tão clara para os senadores. Mário Covas (PSDB-SP) surpreendeu-se, quando soube que um único funcionário iria trabalhar na CPI mista da Previdência. “Não acredito, não pode ser”, reagiu. Quando informado de que é sempre assim que as comissões funcionam, disse lembrar-se de ver sempre mais de uma pessoa durante as reuniões e que não sabia que eram funcionários de uma outra comissão.

Dirceu Carneiro (PMDB-SC) já fez um levantamento de todos os problemas administrativos do Senado mas não quis enumerá-los. “Não adianta atirar pedras na instituição, é preciso resolver os problemas”, disse o senador. Mas a Casa sequer conta com qualquer projeto de modernização ou agilização do processo legislativo que, pelo menos, já está sendo elaborado na Câmara. E o senador vai esbarrar num fator que parece ainda mais ostensivo que na outra Casa: o apadrinhamento político. Tem um setor, por exemplo que conta com dez funcionários. Todos são “chefes” e são gratificados.